



O incerto alvorecer da República: o governo provisório e a eleição indireta de Marechal Deodoro da Fonseca (1891)

Felipe Azevedo e Souza (UFBA)



A primeira eleição presidencial no Brasil foi realizada 15 meses depois do célebre 15 de novembro de 1889. Entre o último imperador e o primeiro presidente, o país passou por tempos agitados sob um governo provisório liderado por Marechal Deodoro da Fonseca e por um ministério formado pela coalizão que reunia notáveis representantes das principais tendências do republicanismo no país: Quintino Bocaiúva e Aristides Lobo eram signatários do manifesto de 1870; Campos Salles representava o republicanismo paulista e o PRP; Demétrio Ribeiro, os positivistas gaúchos; Benjamin Constant, o nome da oficialidade republicana do Exército, e Eduardo Wandenkolk, da Marinha; Rui Barbosa, por fim, republicano de última hora, que pode ser apontado simbolicamente como representante dos adesistas, além de ser uma voz liberal em um meio onde abundavam positivistas. O grupo tinha o enorme desafio de liderar a refundação do Estado brasileiro sob novos princípios e consolidar o regime recém-inaugurado.

Em meio ao projeto de implantação das instituições republicanas, a eleição presidencial tinha importância decisiva, mas, para sua realização, fazia-se necessário reerguer toda a estrutura política desmantelada após o golpe militar de 1889. Sinalizando que o novo regime se pretendia legalista, ainda em dezembro daquele ano, o governo provisório nomeou uma comissão responsável por elaborar o projeto da Constituição republicana.

As eleições.

Correrão serenamente, nas diferentes secções, as eleições realizadas hoje n'esta cidade para deputados e senadores ao primeiro congresso nacional.

A balburdia introduzida pelas juntas alistadoras privou infelizmente a grande numero de eleitores antigos de exercer o direito do voto.

Via-se de secção em secção eleitoral grande numero d'elles procurando saber onde tinha de votar, porque o quarteirão que os seus titulos trazião, não era o mesmo em que as juntas os havião contemplado.

Por occasião de ser publicado o alistamento, como era natural, esses eleitores procurarão conhecer apenas si tinham ou não sido incluídos n'elle, sem ligar importancia ao numero do quarteirão em que o seu nome era descripto.

Este pouco caso originava-se do facto de estar mencionado o quarteirão no titulo antigo,

Aconteceu que uma quantidade enorme d'esses eleitores dos quaes muitos não se mudarão de casa desde que se alistarão ha annos atraz, foi transferida no alistamento para differente quarteirão.

Hoje, quando querião esses eleitores votar na secção correspondente ao quarteirão do seu titulo, dizia-se-lhes que não estavam n'essa secção, mandando-se-os para outra.

N'essa outra também não estavam e la ião os eleitores para mais outras, onde estavam contemplados, mas ja havião sido clamados e tinham que esperar a hora das reclamações, ou onde ja não chegavão a tempo para poder votar nem mesmo como reclamantes.

D'est'arte muitos cidadãos virão-se embaraçados no exercicio do direito do voto e grande numero d'elles ficou d'isso privado, por esse manejo que recusamos qualificar, cometido pela juntas.

Será bom que para o anno seja corrigido o abuso praticado no processo de alistamento realizado em abril ultimo.

Em 15 de setembro de 1890, anunciaram que seriam realizadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Esse pleito foi regido pelas disposições do Regulamento Alvim, decreto que definiu aspectos importantes da cidadania eleitoral e atribuiu aos constituintes a responsabilidade de eleger o primeiro presidente.

Sob a justificativa de assegurar a continuidade do projeto republicano, evitando que monarquistas regressistas esboçassem qualquer ameaça ao regime por meio do voto, o Regulamento Alvim instituiu eleições indiretas para presidente. Mas, essa não era a única exceção que o regulamento reservava para aquele pleito legislativo. Foi suspenso, unicamente durante essa eleição para a Assembleia Constituinte, um dispositivo que tornava inelegíveis chefes de polícia, comandantes de armas e demais funcionários militares que exerciam comandos de forças de terra e de mar. Este fato propiciou grande afluência de candidatos fardados. Muitos deles acabaram sendo eleitos, 55 para ser mais exato, e isso ocorreu principalmente pelos esforços do governo em controlar os resultados dos pleitos.

O arranjo normativo para neutralizar qualquer força oposicionista foi além. O Regulamento Alvim transferiu a realização e a fiscalização das eleições para os membros das intendências municipais, que, naquele momento, passaram a ser nomeados pelos interventores de cada estado. Esses últimos, por sua vez, eram indicados pelo governo provisório – cabe salientar ainda que a maior parte desses interventores foram nomeados por

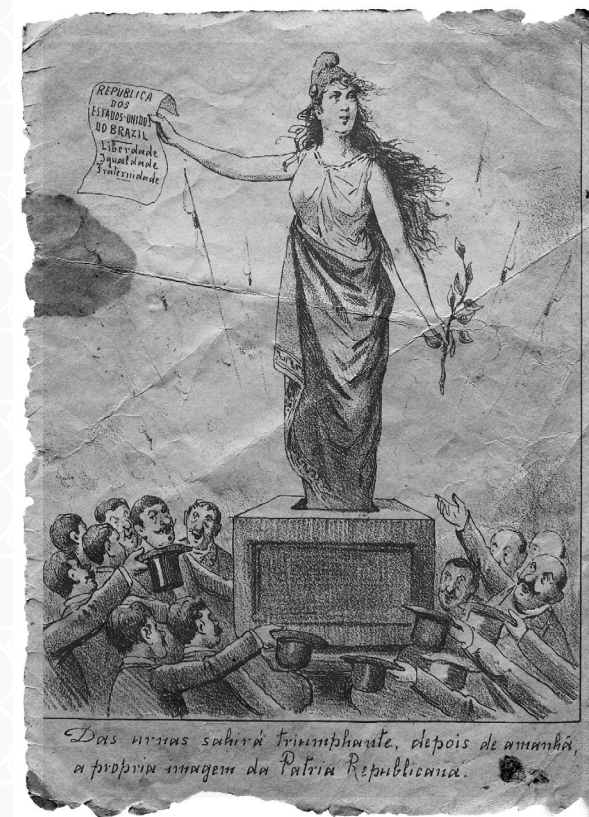
Relato do dia da eleição no Maranhão publicado pela *A Pacotilha* de 15.9.1890, p. 4. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

critério de afinidade com membros da cúpula do executivo, muitos eram militares sem qualquer experiência prévia na administração pública, alguns até mesmo familiares de Deodoro. Ao fim, o governo central criou uma estrutura que tornava praticamente impossível a vitória de dissidentes do novo regime.

Em 15 de setembro de 1890, cerca de 2% da população compareceram às urnas para eleger 63 senadores e 205 deputados. O número de votantes era pouco expressivo, mas, em comparação com a média dos votantes da última década imperial, registrou-se significativo acréscimo, principalmente porque um decreto republicano suprimia a exigência da comprovação censitária para o alistamento. Ainda assim, excluía-se os analfabetos e as mulheres, podendo alistar-se apenas brasileiros maiores de 21 anos no gozo de seus direitos civis e políticos, além de estrangeiros que reunissem essas mesmas qualificações e que estivessem residindo no Brasil desde o dia 15 de novembro de 1889.

Os assentos da Constituinte foram todos praticamente ocupados por aliados do governo e por defensores do republicanismo. Elegeram-se, inclusive, todos os ministros do governo provisório, com exceção de Benjamin Constant, que não havia se candidatado – certamente o momento mais triunfante da gestão de Deodoro, pois, desde os primeiros meses, as crises internas e o contínuo bater de cabeças dos ministros revelaram a instabilidade como traço distintivo daquele governo.

Revista Illustrada de 1890, ano 15, nº 601, p. 5. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



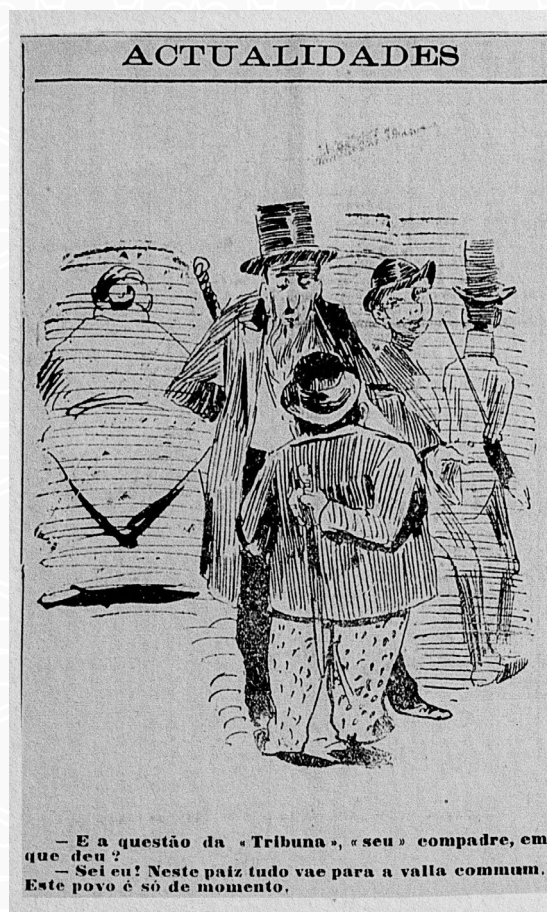


Vale lembrar que o movimento republicano, mesmo tendo então mais de duas décadas de existência e destacada relevância no debate público, nunca conseguiu lograr resultados eleitorais significativos durante o Império. É importante ressaltar que, sob a bandeira maior do republicanismo, estavam dispostas tendências ideológicas heterogêneas e grupos de interesse em disputa. Facções com clivagens sociais diferentes (proprietários paulistas, jovens cadetes da Escola Militar, jornalistas da imprensa carioca, etc.) divergiam sobre grande variedade de temas: em relação à amplitude do poder do governo central, à autonomia dos estados, à possibilidade de ditadura positivista, à adoção do sufrágio universal, enfim, uma miríade de possibilidades e de tendências estava em jogo.

O governo provisório foi montado em precária estrutura, que conjugava a inexperiência administrativa de seus membros, a dificuldade para a criação de consensos e a ausência de rotinas políticas sob vazio institucional. Essas circunstâncias estabeleceram o tom errático do primeiro ano de política republicana. Havia elevado grau de incerteza, mas, de início, muitos republicanos acalentavam a esperança de que esse quadro de instabilidade poderia ser contornado com a eleição do primeiro presidente. O Marechal Deodoro da Fonseca, como candidato natural, no entanto, se mostrou inábil para concretizar essa expectativa.

Em janeiro de 1890, Demétrio Ribeiro, então Ministro da Agricultura, pediu demissão por discordâncias em relação à nova política financeira (que mais tarde descambaria no fragoroso desastre do “encilhamento”), anunciada pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

A essa primeira crise ministerial, repercutida efusivamente pela imprensa, seguiram-se outras pelos mais variados motivos. Uma semana depois de Demétrio



Cidade do Rio de 17.12.1890, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Ribeiro, o Ministro do Interior, Aristides Lobo, também deixou o cargo por Deodoro não ter acatado algumas de suas nomeações para o funcionalismo público. Pouco depois foi Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores, que apresentou sua carta de demissão por se opor ao degredo do famoso capoeirista Jucá Reis, pois o então ministro tinha laços pessoais com a família do criminoso.

Eram frequentes as contendas de Marechal Deodoro com Benjamin Constant, Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Por pouco não chegaram às vias de fato. Em uma reunião ministerial, os dois precisaram ser contidos por outras autoridades presentes. Deodoro chegou a propor duelo para resolver suas diferenças com Constant, mas, por fim, foi dissuadido. A tibieza das relações institucionais desse governo ficou ainda mais evidente quando Deodoro pretendeu conceder os direitos de construção e de exploração do Porto de Torres a um amigo, mas o projeto foi unanimemente rejeitado pelos ministros. Esses e outros casos expunham a incompetência do governo, principalmente do seu prócer, em lidar com divergências em seu próprio núcleo central, mas nenhuma dessas crises teve impacto comparável ao empastelamento do jornal *A Tribuna*.

Nos dias finais de novembro de 1890, militares invadiram a sede daquela folha, destruíram os equipamentos tipográficos e espancaram seus funcionários. O ataque *A Tribuna*, desfechado por oficiais fardados, foi um arroubo autoritário de militares que viam desrespeito ao regime e à corporação nas publicações de tendência monarquista que criticavam o governo em escritos que, não raro, eram pontuados com ataques pessoais aos seus membros. Poucos dias depois, um humilde funcionário do corpo redacional, o revisor João Romariz, veio a falecer em decorrência das violências sofridas pelos agentes do Estado.



A opinião pública cerrou fileiras contra o governo e os jornais cariocas, em protesto, realizaram um *lockout*, suspendendo suas publicações por alguns dias. Essa conjuntura foi crucial para o pedido de demissão coletiva do Ministério, acatado em meados de janeiro de 1891. A poucos meses da eleição presidencial, era este o cenário: acirramento das desconfianças dos civis em relação aos militares; receio de que os últimos fatos fossem sintomas do desabrochar de uma ordem ditatorial; acentuação das divisões internas do governo e das próprias Forças Armadas.

Como a eleição presidencial se processaria de maneira indireta, não houve campanha eleitoral ou qualquer debate programático entre as candidaturas. O que existiu foi muita articulação de bastidores e a disseminação de clima conspiratório. O velho marechal, veterano condecorado da Guerra do Paraguai,

já não inspirava confiança em amplos setores civis do republicanismo. Lideranças do Partido Republicano Paulista buscaram então construir uma chapa alternativa encabeçada por Prudente de Moraes, célebre representante da oligarquia cafeeira e presidente da Assembleia Constituinte, que, naquele momento, acabou se tornando o principal oponente de Deodoro.

Na véspera da eleição, foi promulgada a Constituição. Naquela ocasião, o Congresso votou uma moção para instituir a Benjamin Constant, que havia falecido no mês anterior, o título de “Fundador da República Brasileira”. Ao legar tal homenagem ao desafeto do marechal, o ato soou como uma estratégia de diminuir e secundarizar o papel de Deodoro no processo político, até porque alguns dos seus propugnadores já vinham se expressando abertamente, no púlpito da Assembleia, contra a candidatura do chefe do governo provisório. Mas, o clima de tensão também era alimentado pelos deodoristas. Naquela semana, circularam vários boatos de que, em caso de derrota do marechal, o Congresso seria dissolvido e haveria a instauração de uma ditadura através de ofensiva armada de setores do Exército.

No dia seguinte, sob a apreensão da possibilidade de interrupção da ordem constitucional ainda em suas primeiras horas, os congressistas votaram para presidente e para vice-presidente, em sistema de votos separados. O Marechal Deodoro da Fonseca foi eleito presidente com 129 votos, seguido por Prudente de Moraes, que recebeu 97, tendo sido votados ainda Floriano Peixoto e Saldanha Marinho, recebendo 3 votos cada.



Charge de Pereira Neto, publicada na *Revista Illustrada* de março de 1891, nº 615, retratava o presidente e o vice-presidente eleitos saltando das urnas sobre a Constituição, ao redor os seus eleitores, os congressistas e à frente as musas representavam as unidades federativas. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



No quadro *Compromisso Constitucional* que Aurélio de Figueiredo pintou em 1891, Deodoro da Fonseca faz o protocolar discurso de jurar e manter a Constituição, juras que seriam quebradas poucos meses depois. A maior parte dos congressistas é retratada com indiferença em relação ao rito.
Imagem: Museu da República/Ibram/Ministério da Cidadania nº 13/2019.

A surpresa maior ficou para a eleição do vice-presidente. O candidato da chapa de Deodoro, o Ministro da Marinha, Eduardo Wandenkolk, amargou uma derrota acachapante, conseguindo apenas 57 votos, conquanto Floriano Peixoto, vice da chapa de Prudente, foi eleito pelos votos de 153 parlamentares. Ainda que a escolha de Deodoro tenha sinalizado opção um tanto cautelosa pela manutenção da ordem, a eleição de Floriano foi inequívoco sinal de força da oposição, que pretendia criar mecanismos que moderassem eventuais ímpetos ditatoriais do presidente.

DE OUVENOS ECHOS

Na eleição que se procedeu para presidente e vice-presidente da republica brasileira, obtiveram votos para

Presidente

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca	(eleito)	129
Dr. Prudente José de Moraes e Barros		97
Marechal Floriano Peixoto		3
Dr. Saldanha Marinho		2
Dr. José Hygino		1
Em branco duas cédulas.		
<i>Vice-presidente</i>		
Marechal Floriano Peixoto (eleito)		153
Almirante Eduardo Wandenkolk		57
Dr. Prudente de Moraes		12

Por telegrama, jornais de todo o Brasil recebem os resultados da eleição. Na foto, detalhe de edição da *Revista Illustrada* de 1891, ano 16, nº 615, p. 3. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Nasceu em Anadia, pequena Vila da então província de Alagoas, em 5 de agosto de 1827. Era filho do tenente-coronel Manoel Mendes da Fonseca e de Dona Rosa Maria Paulina da Fonseca. Acervo da Biblioteca da Presidência da República.

Deodoro da Fonseca

Exerceu papel central na crise política entre segmentos militares e governo no final do Império. Fez parte do grupo de líderes (entre eles Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Francisco Glicério, representante dos republicanos paulistas, e alguns oficiais, até da Marinha) que se organizou pela implantação da República no país. Presidiu o governo provisório e foi eleito primeiro presidente do Brasil pelo Congresso. Dissolveu o Parlamento no dia 3 de novembro de 1891, mas não conseguiu formar novo governo, sendo substituído pelo vice Floriano Peixoto. Doente e desabilitado, Deodoro da Fonseca faleceu em 23 de agosto de 1892, no Rio de Janeiro.

Floriano Vieira Peixoto

Foi criado pelo tio Coronel José Vieira de Araújo Peixoto, senhor de engenho e influente político provincial, que dispunha de melhores recursos materiais. Floriano fez carreira militar, participando da Guerra do Paraguai. Não participou diretamente do movimento que levou à República. No entanto, na manhã de 15 de novembro, quando os principais membros do governo foram cercados por tropas lideradas pelo general Deodoro da Fonseca e pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant, recusou-se a comandar a resistência imperial. Substituiu Deodoro na Presidência da República de 1891 até 1894, quando Prudente de Moraes o sucedeu. Faleceu no dia 29 de junho de 1895.



Nasceu no engenho de Riacho Grande, em Ipioca, distrito de Maceió, em 30 de abril de 1839. Era filho de Manuel Vieira de Araújo Peixoto e de Ana Joaquina de Albuquerque Peixoto. Acervo da Biblioteca da Presidência da República.



A institucionalização da República tinha objetivamente avançado naqueles dias de fevereiro, mas o ambiente de indeterminação continuou a pairar. Falharam as coalizões, e os fundadores da República foram incapazes de conferir estabilidade ao regime naqueles 15 meses iniciais de governo provisório. A entrega simbólica da obra constitucional ao país deveria ser encenada na cerimônia de posse presidencial. O evento, porém, não teve brilho algum, foi protocolar e sem a típica grandiloquência litúrgica republicana. “Pouca gente; mais nas tribunas que no recinto, e no recinto mais cadeiras que ocupantes”, escrevia Machado de Assis em crônica publicada anos depois, narrando ainda que a entrada de Floriano no Palácio de São Cristovão foi ovacionada por “cálidas e numerosas” palmas, diferente da recepção a Deodoro, mais discreta.

A desconfiança dos parlamentares com o chefe do Executivo, e vice-versa, só aumentou nos meses seguintes. Depois de malograda tentativa de golpe, com dissolução do Congresso e decretação de estado de sítio, Deodoro renunciou ao cargo ainda em novembro de 1891. Floriano, vice-presidente, assumiu, dando continuidade a uma conjuntura de instabilidade política e desrespeito aos preceitos constitucionais.

Sugestões de leitura

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves (org.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MAGALHÃES JUNIOR, R. *Deodoro: a espada contra o Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, v. 2.

